Ata nº 13 – 07/06/2021 - 9ª Ordinária

Ata da nona reunião ordinária da Câmara Municipal de Pains, da primeira sessão legislativa da décima nona Legislatura, realizada aos sete dias do mês de junho de 2021. Ás dezenove horas, reuniu-se o Legislativo Municipal em sua sede. Primeiramente foi feita a chamada que constatou a presença de todos os vereadores. Havendo quórum regimental, a Sra. Presidente declarou em nome de Deus aberta a sessão e solicitou a leitura da ata de número 12. Após deliberações a ata foi aprovada por oito votos a zero. Seguindo, a Presidente solicitou a leitura e o encaminhamento para as Comissões da seguinte proposição: Projeto de Lei 1693/2021 que autoriza o município a contratar operações de crédito junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG. Passando à discussão e votação das proposições, foi apresentado para segunda votação o Projeto de Lei 1686/2021 que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2022, aprovado em sequência por oito votos a zero. Também foi apresentado em segunda discussão o Projeto de Lei 1689, que institui o Programa Minha Casa Legal 09, também aprovado em unanimidade. E, ainda em segunda votação, o Projeto de Lei Complementar 157 a respeito de autorização para redução de jornada de trabalho de servidores públicos legalmente responsáveis por filhos com Síndrome de Down, aprovado por oito votos a zero. Seguindo, foram apresentadas para primeira votação as proposições: Projeto de Lei 1690, que altera a Lei de criação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto. Foi solicitado pela Presidente a leitura do Parecer das Comissões Permanentes e, uma vez que as Comissões se manifestaram favoráveis por meio de seus pareceres, tendo concluído pela sua legalidade, procedeu-se a votação. Após deliberação, o Projeto de Lei 1690/2021 foi aprovado em primeira discussão por oito votos a zero. Também foi apresentado em primeira discussão o Projeto de Lei 1691, visando à ampliação dos limites para abertura de crédito suplementar no Orçamento vigente. Feita a leitura do parecer conjunto das Comissões de Legislação, Justiça e Redação e da Comissão de Finanças e Orçamento, verificou-se que a maioria de seus membros foram favoráveis quanto à tramitação do Projeto 1691, exceto o vereador Robson Cambraia. Após leitura, o Vereador Robson explanou sobre os motivos de sua rejeição, e mais uma vez concluiu também ser necessário a apresentação de justificativa do Executivo ao solicitar tal pedido de suplementação orçamentária. Após deliberação, o Projeto de Lei 1691 foi aprovado por seis votos a favor e dois votos contrários. Votaram contra os vereadores: Robson e Murilo. Seguindo, foi apresentado em primeira discussão, o Projeto de Lei 1692 que altera dispositivo da Lei 1001/2006, referente ao Conselho Municipal de Defesa Civil. Os pareceres das Comissões foram favoráveis quanto à tramitação do referido projeto, contudo houve apresentação de uma emenda aditiva, objetivando acrescentar membros ao Conselho, que seja 01 (um) representante

de órgão não governamental ou de entidades legalmente constituídas no município. Após discussão a emenda foi aprovada por oito votos a zero. Seguindo, houve aprovação do projeto emendado, em primeira votação, por oito votos a zero. Foi apresentado na sequência, o Projeto de Lei Complementar 158/2021, que dispõe sobre alteração da Lei Complementar 72/2017, alterada pela Lei Complementar 96/2019, que pretende alterar o número de vagas e vencimentos do cargo de Assessor de Obras e Serviços Urbanos. O parecer emitido pelas Comissões, demonstrou - se favorável quanto à tramitação do projeto. Houve deliberação, e logo em seguida, o Projeto de Lei Complementar 158/2021 foi aprovado em primeira votação por oito votos a zero. Na sequência, foi apresentado o Projeto de Lei Complementar 159 a respeito de modificação da Lei Complementar 16/2010. Foi realizada a leitura do parecer das Comissões, que foi favorável quanto a sua aprovação. O vereador Geraldo Éder da Silva, solicitou a palavra à Presidente, e após concedida, requereu verbalmente a tramitação em regime de urgência para o referido projeto, tendo em vista que foi informada a necessidade de formação de equipe para operação do sistema Olho Vivo. Após deliberação, o Requerimento de urgência, formalizado pelo número 12, foi aprovado por oito votos a zero. O Projeto de Lei Complementar 159, foi aprovado em única discussão logo em seguida por oito votos a zero. Seguindo, foram apresentadas ao Plenário as Indicações: **Indicação 48** a respeito da necessidade de um velório em Vila Costina, apontando a possibilidade de utilização do espaço onde utilizava-se como Tele Centro, e que hoje encontra-se desativado; **Indicação 49** para que seja providenciado o calçamento final da Rua Pedro Lopes de Melo, até as residências nos Araújos; e a **Indicação 50** sobre a necessidade de realização de tratamento de esgoto sanitário no Distrito de Vila Costina. Todas as indicações foram apresentadas pelo vereador Leonardo Lara, e foram aprovadas por unanimidade após deliberações. Ao final, foram apresentadas as Moções 06 e 07, como manifestação de pesar pelo falecimento de Ivone Pessoa Camargo, e de seu esposo, o Sr. José dos Reis Camargo. A Moção 07 leva também uma mensagem de reconhecimento pelo serviço prestado ao munícipio pelo Sr. José dos Reis Camargo, que trabalhou no serviço público por 30 anos. Ambas foram aprovadas por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião e determinou que fosse lavrada a presente ata que após ser lida e aprovada, vai assinada pelos vereadores presentes nela e naquela reunião na qual ela for votada.

Cáthya Guimária Goulart
Presidente

Paulo Sérgio de Morais
Vice-Presidente

Leonardo de Oliveira Lara
1º Secretário

Paulo de Tarso Faria
2º Secretário

Geraldo Eder da Silva
Vereador

Murilo Ferreira Rodrigues
Vereador

Robson Soares Cambraia
Vereador

Rosimar Machado
Vereador

Weulis Francisco dos Santos
Vereador